

NÃO HÁ COMO TOLERAR MILITÂNCIA POLÍTICA DENTRO DAS HOSTES ESPÍRITAS

O Portal do G1 realizou uma enquete na Câmara dos Deputados a fim de saber qual a religião dos parlamentares. Dos 414 deputados consultados, 309 se declararam católicos e 43 evangélicos. Os parlamentares que se declararam “espíritas”(!?) foram 8. Outros 13 disseram ser cristãos, mas não especificaram se seguem uma religião. Oito se disseram agnósticos. Para nós, os espíritas, esse quadro estatístico nada significa. Por uma questão muito elementar: “não há representantes oficiais do espiritismo em setor algum da política humana”, segundo André Luiz. (1) A Doutrina Espírita não estimula o engajamento em idéias e políticas partidárias. Não coloca sua tribuna a serviço da propaganda política de candidatos, de partidos ou de movimentos políticos.

Em que pese a idéia de que "o problema não é de como o espírita entra na política, mas de como dela sai", o espírita, se estiver vinculado a alguma agremiação partidária, se deseja concorrer como candidato a cargo eletivo, tem total liberdade de ação, mas que atue bem longe dos ambientes espíritas, para que tudo que fizer ou disser, dentro da Instituição Espírita, não venha a ter uma conotação de atitude de disfarçada intenção, visando conquistar os votos de seus confrades.

É inadmissível trazer para dentro dos Centros ou Instituições Espíritas a política partidária, embora, como cidadão, cada espírita tenha a liberdade de militar no universo fragmentado das ideologias políticas. Mas o Espiritismo não é fragmento da política partidária, e nem tampouco envolve-se com grupos políticos sectários, que utilizam meios incoerentes com os fins de poder.

A política do legítimo espírita é a favor do ser humano e de seu crescimento espiritual. Não se submete e não se omite diante do poder político, e nem tampouco assume o lugar de oposição ou de

situação. Elucida Emmanuel que "o discípulo sincero do Evangelho não necessita respirar o clima da política administrativa do mundo para cumprir o ministério que lhe é cometido. O Governador da Terra, entre nós, para atender aos objetivos da política do amor, representou, antes de tudo, os interesses de Deus junto do coração humano, sem necessidade de portarias e decretos, respeitáveis, embora".(2)

A rigor, "iniciados na luz da Revelação Nova, os spiritistas cristãos possuem patrimônios de entendimento muito acima da compreensão normal dos homens encarnados."(3) Por isso mesmo, sabem à saciedade que "a missão da doutrina é consolar e instruir, em Jesus, para que todos mobilizem as suas possibilidades divinas no caminho da vida. Trocá-la por um lugar no banquete dos Estados é inverter o valor dos ensinamentos, porque todas as organizações humanas são passageiras em face da necessidade de renovação de todas as fórmulas do homem na lei do progresso universal."(4)

Se o mundo gira em função de políticas econômicas, administrativas e sociais, não há como tolerar militância política dentro das hostes espíritas. Os Benfeitores espirituais nos advertem que não se sustentam as teses simplistas de que só com a nossa participação efetiva nos processos políticos ao nosso alcance ajudaremos a melhorar o mundo. Recordemos que Jesus cogitou muito da melhora da criatura em si. Não nos consta que Ele tivesse aberto qualquer processo político-partidário contra o poder constituído à época. Nossa conduta apolítica não deve ser encarada como conformismo. Pelo contrário, essa atitude é sinônimo de paciência operosa, que trabalha sempre para melhorar as situações e cooperar com aqueles que recebem a responsabilidade da administração de nossos interesses públicos. É importante lembrarmos que, nas pequeninas concessões, vamos descaracterizando o projeto da Terceira Revelação. Por isso mesmo urge que façamos uma profunda distinção entre Espiritismo e Política. Somos políticos desde que nascemos e

vivemos em sociedade. Isso é real, porém a Doutrina Espírita não poderá, jamais, ser veículo de especulação das ambições pessoais, nesse campo.

Pela transformação do comportamento individual, lutando pelo ideal do bem , em nome do Evangelho, os espíritas não estão alheios à Política; engana-se quem pensa o contrário. Os espíritas honestos, fieis à família, aos compromissos morais, são integralmente cidadãos ativos, que exercem o direito e/ou obrigação (depende do ponto de vista) de votar, porém sem vínculos com as querelas e questiúnculas partidárias.

O Espiritismo não pactua com irrelevantes e transitórios interesses terrenos. Estamos investidos de compromisso mais imediato, ao invés de mergulharmos no mundo da política saturada por equívocos lamentáveis.

Jorge Hessen

<http://jorgehessen.net>

Referência bibliográficas:

- (1) VIEIRA, Valdo. Conduta Espírita, Ditado pelo Espírito André Luiz, Rio de Janeiro: FEB, 2001, Cap. 10**
- (2) Xavier, Francisco Cândido. Vinha de Luz, ditado pelo Espírito Emmanuel, Rio de Janeiro: Ed. FEB, 1999, cap. 59**
- (3) Xavier, Francisco Cândido. Vinha de Luz, ditado pelo Espírito Emmanuel, Rio de Janeiro: Ed. FEB, 1999, cap. 60**
- (4) Xavier, Francisco Cândido. O Consolador, ditado pelo Espírito Emmanuel, Rio de Janeiro: Ed. FEB, 1984, pergunta 60**